

Dissonância crítica e solidária: a contribuição das mídias populares ao processo de mudança social

*Critical and solidary dissonance: the contribution of popular media to
the process of social change*

*Disonancia crítica y solidaria: la contribución de los medios populares
al proceso de cambio social*

—

Ana Cristina SUZINA

Université catholique de Louvain / anasuzina@hotmail.com

—

Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación

N.º 140, abril - julio 2019 (Sección Monográfico, pp. 147-162)

ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X

Ecuador: CIESPAL

Recibido: 28-02-2019 / Aprobado: 10-07-2019

Resumen

O presente artigo apresenta e discute o conceito de dissonância em relação às práticas de mídias populares no Brasil, no contexto de ruptura digital. A dissonância é concebida como um primeiro passo para a mudança social, no sentido de constituir um elemento de rompimento de consistência, isto é, de significados dominantes. A partir de entrevistas com 55 comunicadores em 29 iniciativas de mídia popular, o conceito se tipifica em duas categorias, a de dissonância crítica, relacionada com a pluralidade de argumentos, e a de dissonância solidária, associada à criação de dinâmicas de coexistência e valorização da diversidade de saberes.

Palavras chave: comunicação popular; mudança social; cultura digital; esfera pública; Brasil

Abstract

This article presents and discusses the concept of dissonance in relation to popular media practices in Brazil, in the context of digital rupture. Dissonance is conceived as a first step towards social change, in the sense of being an element of disruption of consistency, that is, of dominant meanings. Based on interviews with 55 communicators in 29 popular media initiatives, the concept is typified in two categories: critical dissonance, related to plurality of arguments, and solidarity dissonance, associated with the creation of dynamics of coexistence and valorization of diversity of knowledge.

Keywords: popular communication; social change; digital culture; public sphere; Brazil

Resumen

El presente artículo presenta y discute el concepto de disonancia en relación a las prácticas de medios populares en Brasil, en el contexto de ruptura digital. La disonancia es concebida como un primer paso para el cambio social, en el sentido de constituir un elemento de ruptura de consistencia, es decir, de significados dominantes. A partir de entrevistas con 55 comunicadores en 29 iniciativas de medios populares, el concepto se tipifica en dos categorías, la de disonancia crítica, relacionada con la pluralidad de argumentos, y la de disonancia solidaria, asociada a la creación de dinámicas de coexistencia y valorización diversidad de saberes.

Palabras-clave: comunicación popular; cambio social; cultura digital; esfera pública; Brasil

1. Introdução: O poder da informação

Existe uma crença generalizada, entre comunicadores populares, de que o acesso e a produção de informação cumprem um papel central no processo de emancipação cidadã e inclusão social plena. Em suas palavras, alguém que recebe e/ou produz informação qualificada, que tende a ser diversa, e se apropria dela, pode desenvolver reflexões sobre si mesmo, sobre seu lugar no mundo, sobre os outros e sobre o mundo. Esta reflexão é parte dos resultados de uma série de entrevistas, realizadas de 2013 a 2016, com 55 comunicadores em posição de liderança em 29 iniciativas de mídia popular associadas a 17 diferentes movimentos sociais, ONGs e associações comunitárias no Brasil.

Segundo esses comunicadores, a apropriação de canais de comunicação é apenas um dos aspectos do desafio de incluir mais vozes no debate público. A ruptura digital oferece uma promessa de mudança, ainda que limitada por desigualdades e assimetrias políticas (autor/a), assim como pelo surgimento de um capitalismo comunicativo, marcado por uma inclusão massiva de vozes que pode produzir uma enganosa fantasia de participação (Dean, 2005). Mas, se a inclusão massiva de múltiplas vozes – e das perspectivas sociais de que elas são feitas – não é suficiente para consolidar a justiça democrática plena (Fraser, 2010), essa ampliação pode ser tomada como o ponto de partida da mudança social. Ela permite, entre outras coisas, criar e reverberar dissonância, um ruído que questiona consensos estabelecidos e abre o caminho para possíveis transformações.

Este artigo está organizado em seis seções. O conceito de dissonância será apresentado na segunda seção, que antecede a apresentação dos casos estudados que sustentam o argumento sobre o papel da dissonância no processo de mudança social. A seguir, a quarta seção discute como mídias populares no Brasil estão produzindo dissonância e a quinta seção propõe sua conceituação em duas categorias analíticas, decorrentes da observação dos casos, que são a dissonância crítica e a dissonância solidária. As conclusões são apresentadas na sexta e última seção.

2. O conceito de dissonância

O cientista político brasileiro Luis Felipe Miguel (2014) usa o termo “polifonia” para descrever uma situação em que o debate público incluiria e levaria em consideração perspectivas atualmente ausentes dos processos de tomada de decisão. Nessa “versão multiculturalista” da esfera pública habermasiana, “a própria inclusão produziria a legitimidade das decisões e da justiça” (idem, p.216). Em contraponto, o conceito de capitalismo comunicativo, como descrito por Jodi Dean (2005), recusa essa lógica argumentando que é exatamente a ilusão de inclusão, baseada na ampliação da circulação da informação – que ela define melhor como a fantasia da participação –, o que está perecendo nas democracias

contemporâneas. Nesse sentido, a simples inclusão não melhora a qualidade da deliberação, porque não significa necessariamente reconhecimento e integração de vozes marginais, como sugere a cientista política e feminista estadunidense Iris Marion Young (2000).

Em seus recentes escritos, o teórico alemão Jürgen Habermas considera a inclusão das massas na esfera pública como um mecanismo de regulação da estrutura de poder. E, embora o autor mantenha sua confiança no “potencial de vinculação observável à verdade na deliberação política”, como um recurso para “gerar legitimidade por meio de um procedimento de opinião e formação de vontades” (Habermas, 2006, p.413), ele aponta igualmente suas fragilidades. Para Habermas, os países ocidentais contemporâneos exibem um volume crescente de comunicação política, que, porém, não se referem diretamente a características de deliberação, como interação entre participantes, decisão coletiva ou intercâmbio igualitário de reivindicações e opiniões.

Reconhecendo os limites do modelo deliberativo, bem como o caráter histórico e conflitivo da democracia - em oposição ao caráter consensual próprio do modelo proposto por Habermas -, Miguel recupera a ideia de polifonia em seu caráter processual. A incorporação de vozes marginalizadas não é, portanto, o ponto de chegada, mas o de partida, e esse momento é melhor definido como dissonância.

O ideal habermasiano de consenso esclarecido é uma espécie de canto monódico; acrescentado da exigência de incorporação das múltiplas perspectivas sociais, torna-se a polifonia referida antes. Mas essa polifonia, enquanto resultado harmonioso da convivência entre diferentes melodias, também exigiria a compatibilização (embora não uniformização) dos vários conhecimentos sociais situados, que se comunicam uns aos outros por meio do debate racional. Uma consciência mais aguda das limitações impostas pela estrutura do campo à presença dos discursos dominados permite entender que, antes de participantes do arranjo polifônico, a eles cabe o papel de ruído, de dissonância (Miguel, 2014, p.223).

O psicossociólogo estadunidense Leon Festinger desenvolveu a teoria da dissonância cognitiva, segundo a qual “dois itens de informação que psicologicamente não se encaixam são ditos como em relação dissonante entre si” (Festinger, 1962, p.93). O autor aplica seu conceito na observação da evolução do comportamento humano. Para ele, as pessoas buscam consistência entre suas ações e seus pensamentos (ou declarações) e, toda vez que se confrontam com uma informação dissonante, se abre uma oportunidade para mudar opiniões e crenças.

A definição de Festinger é interessante porque destaca a possibilidade de mudança proveniente de insumos informacionais, o que é consistente com a perspectiva dos comunicadores populares.

A descrição dos casos que ele observou, no entanto, sugere que essa mudança é direcionada a uma acomodação, ou seja, a eliminação da dissonância para aproximar novas ideias de estruturas antigas e seguras de ação e pensamento. Analisar a mídia popular sob o conceito de dissonância acentua os desafios enfrentados neste campo, considerando que o objetivo dessas mídias é a quebra de consistência, num contexto em que as audiências, como entende Festinger, naturalmente buscam a estabilidade e a segurança. Essas mídias, na verdade, propõem a reconfiguração da consistência ou mesmo a substituição por uma nova consistência, o que sugere um tipo de dinâmica que vai além do nível informacional, como reflete Fabio, comunicador da Rede Mocoronga, na Amazônia brasileira.

Uma vez, a gente tinha uma ilusão, um sonho de que, se a gente conseguisse fazer um vídeo ou uma novela, alguma coisa assim, que a gente ia passar no horário da novela, e todo mundo ia conseguir assistir nosso vídeo e não ia querer ver a novela. O vídeo da TV Mocoronga. Deu certo uma única vez. Mas pelo menos você passa outro vídeo, em outra hora, e o pessoal se liga também. Eu acho que é difícil, mas você vai criando essas bolhas de novas formas de pensar as coisas que, depois, uma hora, cai uma chuva, um temporalzinho, pra bagunçar a normalidade (2015).

A diferença entre a ilusão de inclusão – ou ilusão de participação, segundo Dean - e uma inclusão de fato é que esta última não serviria para confirmar a narrativa dominante naturalizada. Ela serviria, ao contrário, para romper a consistência da dominação. A inclusão de fato contribui para constituir a democracia “como uma forma de governo com conteúdo” (Miguel, 2014, p.96), marcado por disputas permanentes de interesses. Segundo Miguel, a dissonância é o ruído que empurra os limites do habitus estabelecido, em referência ao conceito de Pierre Bourdieu (idem, p.223). Nesse sentido, a importância da dissonância é abrir o caminho para a mudança por meio da introdução de significados alternativos e marginais dentro de um processo contínuo de tensão entre as formas de exclusão estabelecidas e as forças que lutam pela pluralidade de perspectivas. Esta reflexão reconhece a importância de mudar visões de mundo como uma maneira de obter mudança social, como a maioria dos comunicadores populares defende.

3. Metodologia

Este artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de doutorado que envolveu um trabalho de campo composto por múltiplos casos (Hannerz, 2003), fundamentado em entrevistas com 55 comunicadores e observação de 29 iniciativas de mídia popular vinculadas a 17 diferentes grupos sociais situados em seis estados do Brasil – Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Ceará e Pará. A lista completa de estudos de caso figura na Tabela 1. As

experiências selecionadas combinam características comuns, que lhes dão unidade, e características específicas, que conferem diversidade ao conjunto (Patton, 1990).

No que se refere à unidade, os estudos de caso compartilham três principais características. Primeiro, eles são todos ligados a lutas sociais, incluídos ou associados com estratégias mais amplas de movimentos sociais, ONGs ou associações comunitárias ativas na busca de uma transformação particular ou geral nas condições de vida de uma população específica. Segundo, todas as mídias se situam em condição de periferia, o que pode representar uma situação geográfica periférica ou uma marginalização moral e simbólica dos grupos sociais referidos. Finalmente, todas as mídias da amostra são de longa duração, o que significa concretamente que são plataformas criadas para acompanhar as lutas sociais na sua continuidade, em oposição a plataformas criadas especificamente para mobilização ou divulgação de eventos específicos. No que se refere à diversidade, as características específicas se referem à região geográfica; à condição socioeconômica do contexto em que a mídia está situada; ao tipo de plataforma tecnológica utilizada; e ao tipo de vínculo institucional.

A pesquisa utilizou, predominantemente, uma abordagem indutiva, a partir de entrevistas compreensivas (Kaufmann, 1996) e análise qualitativa de dados. Observar o que as iniciativas tem em comum e o que é específico permitiu uma observação crítica dos padrões mais amplos (sociais, institucionais e políticos) nos quais elas funcionam, seguindo a lógica dos trabalhos com múltiplos casos. Para Ulf Hannerz, “o que as atuais pesquisas multi-locais tem em comum é que elas se baseiam em algum problema, alguma formulação de um tópico, que é significativamente trans-local, para não ficar confinado dentro de um lugar único” (Hannerz, 2003, p.206). A combinação entre elementos de unidade e de diversidade teve como objetivo dar consistência à análise de características comuns encontradas nos casos e, a partir delas, desenvolver reflexões mais generalizadas sobre a evolução do campo da comunicação e mídia popular no Brasil. O conceito de dissonância é, exatamente, um dos elementos comuns que emergiram desse exercício.

A abordagem aos casos foi feita, principalmente, durante três visitas de campo, em outubro-novembro/2013, abril-maio/2014 e outubro-dezembro/2015. As mídias foram organizadas em três grupos, como casos principais, intermediários e secundários. Os casos principais foram abordados mais de uma vez. Os demais cumpriram papéis diferentes no processo de saturação dos dados levantados no decorrer da pesquisa. Todos os casos foram acompanhados durante todo o decorrer da pesquisa, por meio de suas atividades em redes sociais, para acompanhamento da evolução de suas estratégias e posicionamentos.

Tabela 1 – Lista das experiências observadas, organizadas de acordo com seu vínculo institucional

Mídia	Organização
1. Jornal Sem Terra 2. Brasil de Fato 3. Centro Popular de Mídias 4. Terra Vermelha 5. Rádio Conquista 6. Facebook Page Herdeiros da Terra	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST <i>* O MST é um dos movimentos sociais envolvidos na produção do jornal Brasil de Fato e na articulação do Centro Popular de Mídias</i>
7. Mídia Ninja	Coletivo Fora do Eixo
8. Rádio Nova Paraisópolis 9. Jornal Espaço do Povo	Associação de Moradores de Paraisópolis <i>* O jornal Espaço do Povo é uma mídia independente, mas apoiada pela associação comunitária</i>
10. Jornal A voz do Lapenna 11. Jornal Mundo Jovem Comunica	Núcleo de Comunicação Comunitária São Miguel no Ar (Fundação Tide Setubal)
12. Jornal de Chiador	Associação de Moradores de Chiador
13. Agência de Notícias das Periferias	Mural (Folha de São Paulo)
14. Énois	Énois Inteligência Jovem
15. Escola de Notícias	Escola de Notícias
16. Jornal Folha do Sabará	Comunidade Sabará
17. Escola de Comunicação Popular	Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo – Cefuria <i>* O Cefuria é uma das organizações que participa da coordenação da Escola de Comunicação Popular</i>
18. Jornal Fala, Mãe Luiza	Centro Sócio Pastoral Nossa Senhora da Conceição
19. Coletivo Nigéria	Nigéria Filmes
20. Rádio FM Casa Grande 21. Produtora Sem Canal	Fundação Casa Grande
22. Rádio Ibiapina	Associação de Moradores de Florânia
23. TV do Bem	Casa do Bem
24. local radio stations	Rede de Notícias da Amazônia
25. Rede Mocaronga 26. Rádio Floresta 27. Blog de São Pedro 28. Rádio Bem-te-vi	Projeto Saúde e Alegria
29. Rádio Lago	Comunidade do Lago Grande do Curuai

Fonte: (autor/a)

4. Produzindo dissonância por meio das mídias populares

De acordo com os resultados desta pesquisa, existem dois aspectos fundamentais a considerar sobre como a ideia de dissonância está presente na mídia popular. O primeiro é que, embora tenha sido fortalecida no contexto da ruptura digital, a dissonância já era parte dessas práticas e de seus princípios desde suas origens. Cicilia Peruzzo (1998) define a comunicação popular como o “espaço

de expressão democrática”, caracterizada pelo surgimento de novos canais, em que grupos sociais marginalizados podem expor suas ideias e reivindicações, fundamentadas em informações construídas das bases, em processos de participação (idem, p.126). A comunicação popular “participa da manifestação do conflito entre as classes sociais nos campos dos interesses e da hegemonia” (idem).

O segundo aspecto é que a ideia de dissonância é expressa por comunicadores populares sob uma grande variedade de entendimentos e aplicações. Essa variedade está associada aos objetivos da mídia popular e com o tipo de mudança que eles acreditam que são capazes – e querem – produzir na sociedade.

Neste ponto, é importante fazer uma distinção entre informações alternativas e dissonantes. Todas as produções populares de mídia podem ser consideradas alternativas em alguma medida, pois elas representam concretamente uma visão alternativa aos fatos, provenientes de uma estrutura diferente de propriedade da mídia e de diferentes opções e abordagens editoriais. No entanto, o adjetivo “alternativa” nunca foi suficiente para classificar práticas de mídia provenientes dos setores marginais e a literatura é abundante em derivações como “mídia cidadã alternativa”, como no trabalho de Clemência Rodríguez (2001), referindo-se às suas raízes em empreendimentos não-comerciais e não-governamentais, ou “mídia radical alternativa”, destacando seu caráter de abordagens editoriais contenciosas, tal como aparece no trabalho de John Downing (2001; 2016). Essas definições colocam a ação política e a agência social no centro do processo (Rodríguez, Ferron, & Shamas, 2014; Peruzzo, 2008).

A ruptura digital complexificou essa situação. Ela ofuscou as fronteiras entre os meios de comunicação de massa e as chamadas mídias alternativas, o que significa que grupos marginais adquiriram melhor e mais amplo acesso a tecnologias antes exclusivas de atores corporativos, alcançando o potencial de atingir audiências massivas. No entanto, mesmo quando as iniciativas de mídia popular podem incorporar modelos e atingir grandes audiências como a mídia tradicional faz, ainda há uma distinção importante entre informações alternativas e dissonantes.

A ruptura digital tornou abundante a informação alternativa, algo que pode contribuir para a consolidação do chamado capitalismo comunicativo, alimentado pelo fluxo de circulação da informação, como definido por Jodi Dean (2005). Neste sentido, eu destaco o caráter perturbador da dissonância como fator de mudança (Festinger, 1962) como o ponto principal de distinção entre informação alternativa e informação dissonante. Seguindo essa lógica, a informação dissonante tem um componente natural de conflito.

A filósofa britânica Onora O’Neill faz uma distinção entre conteúdo informativo e ação comunicativa (2009), que dialoga com a perspectiva crítica inerente ao conceito de capitalismo comunicativo. Para ela, “a liberdade de expressão pode ser uma abordagem perversamente incompleta dos requisitos éticos nos atos de fala” (O’Neill, 2009, p.176). Enquanto os processos coletivos

devem ser tomados como prioridade ao falar sobre participação de fato, O'Neill aponta para a reciprocidade, ou pelo menos a escuta, como requisito para falar sobre uma comunicação de fato. Autores e atores sociais que defendem a comunicação como um direito humano seguem o mesmo caminho, argumentando que os processos comunicativos devem incluir tanto o direito de expressar ideias quanto o direito de ser ouvido com respeito (Ó Siochrú, 2016; Peruzzo, 2016).

A particularidade da informação alternativa que pode ser classificada como dissonante é que ela tem um propósito claro de romper a consistência (Festinger, 1962). Trata-se de uma comunicação que busca constituir uma nova consistência que inclui a perspectiva de grupos marginais. Ela pode ser caracterizada, portanto, como uma dissonância no conteúdo (qual consistência?) e no formato (consistência construída por quem?).

Segundo os resultados da presente pesquisa, existe, no entanto, uma tipologia de dissonância que pode ser desenvolvida tomando como referência a mídia popular. Considerando estes parâmetros, ela pode ser classificada como dissonância crítica e dissonância solidária.

Como mencionado anteriormente, a ruptura digital e o processo de midiaticização em geral desempenham um papel importante em relação à dissonância. Eles produzem, por um lado, um ponto de ruptura na ideia do jornalismo – e seus padrões – como a única fonte legítima de informação. Por outro lado, eles colocam processos de mídia no centro da organização social. Outras fontes de informação começam a integrar o sistema, melhorando as condições de liberdade de expressão, dando lugar ao que pode ser chamado de ecologia da informação (Nardi e O'Day, 2000). Esse processo pode ser melhor associado ao que eu defino como “dissonância crítica”. Como será discutido a seguir, a dissonância crítica é importante para tornar o debate público mais plural.

Complementarmente, lutando contra os padrões do capitalismo comunicativo (Dean, 2005), as mídias populares acrescentam ao processo de midiaticização a relevância da ação comunicativa (O'Neill, 2009). Nessas dinâmicas, o conteúdo informacional está a serviço da ação comunicativa, pois o elemento central é o diálogo que produz informação e o diálogo desencadeado por ela. Cria-se, portanto, espaço para uma ecologia do conhecimento (Sousa Santos, 2007), porque o mais importante não é o aumento da circulação de informações produzidas por todos os cidadãos, mas o processo de constituição de significados (Hall, 2013) que se realiza por meio do conflito. O conceito de dissonância solidária está associado a esse processo, destacando a coexistência entre diferentes formas de ser e perspectivas, e a superação de processos cognitivos. Esta categoria também será desenvolvido mais adiante.

5. Dissonância crítica

A possibilidade de utilizar plataformas virtuais para difundir, de forma ampla e irrestrita, conteúdos que, antes, circulariam exclusivamente em territórios de movimentos sociais ou comunitários, aumenta as oportunidades de atingir públicos mais variados, mesmo por meio da mídia convencional. Existe, no entanto, uma particularidade interessante nessa tendência. Em sua conceituação de um movimento de mídia, Silvio Waisbord descreve sua terceira categoria, que ele chama de *Civic Media Advocacy*, como um movimento que segue predominantemente as regras institucionais da mídia tradicional (Waisbord, 2008, p.110)¹. Isso significa que os atores sociais basicamente assimilam as normas do que é notícia para produzir conteúdo que possa ser absorvido pelos meios de comunicação tradicionais.

A interferência causada pela ampliação da visibilidade, permitida pelas plataformas virtuais, quebra esse padrão, pois é a linguagem própria dos atores sociais que é reverberada. É o que Lenon, comunicador vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), chamou de desenvolver e difundir sua própria narrativa durante uma série de conversas que tivemos em outubro de 2015. Segundo ele, uma das premissas dessa ação é “construir narrativas antes que as mídias de massa façam isso”. Lenon dá um exemplo:

Foi durante a discussão sobre o eucalipto transgênico no Brasil no âmbito do CTBio. Mulheres integrantes do MST de São Paulo ocuparam um prédio da Suzano e destruíram todo o viveiro de eucaliptos transgênicos, e nós fizemos um vídeo com a nossa narrativa. (...) Quando a Globo chegou, nós nem estávamos mais lá. No Jornal Nacional, anunciaram que as mulheres do MST haviam invadido e destruído um viveiro de plantas de espécies transgênicas. (...) Enquanto ele [o jornalista] está falando, as imagens mostram as nossas mensagens de agitação e propaganda: ‘transgênico = veneno = morte’. Esta é a nossa narrativa, confrontando o que ele está dizendo (Lenon, 2015).

Para Lenon, o resultado mais importante desse tipo de ação é a possibilidade de gerar controvérsias, que também podem ser descritas como dissonância. Na mesma medida em que a mídia tradicional expõe suas narrativas, o público pode ter a opção de contrastar as diferentes informações fornecidas. Ele reconhece o risco de edições enviesadas que podem ser feitas pela grande tradicional, mas as considera ainda como uma vantagem e equipara esse risco com os presentes nas ocupações feitas pelo movimento. “Eles vão falar coisas ruins sobre nós de

1 Lutas em torno da mídia não são fatos novos. Em resposta a uma dominação histórica dos sistemas de mídia por estados e mercados, existem diferentes tipos de contestação. Silvio Waisbord os classifica em três categorias do que ele chama de “movimentos de mídia” (Waisbord, 2008, p. 105). A primeira busca por reformas nas políticas de mídia. O segundo concentra esforços no desenvolvimento autônomo de veículos midiáticos, como o que foi descrito como mídia popular nesta pesquisa. O terceiro e mais recente, segundo ele, busca mudar a cobertura da mídia sobre questões cívicas e sociais.

qualquer maneira. (...) Sabemos que ocupar terras é perigoso e incerto, mas nós as ocupamos”, conclui. A lógica de mídia poderia, portanto, ser entendida como esse espírito de aproveitar os novos canais para fornecer e contrastar informações. Como na conceituação do sociólogo belga Geoffrey Pleyers sobre “a via da razão”, a dissonância crítica é o contra-poder que “extrai sua força do apoio da opinião pública resultante da exposição na mídia” (Pleyers, 2010, p.122).

Sob o conceito de dissonância crítica, a controvérsia ou a informação contrastante tornam-se parte de um processo complexo de mudança baseado na luta em torno dos significados (Hall, 2013). Os comunicadores populares defendem o direito e a necessidade da apropriação de canais e lógicas midiáticas por causa da centralidade destas últimas no sistema representacional. Essa perspectiva reforça que eles estão buscando mais do que liberdade de expressão. Quanto mais eles conseguem abrir oportunidades de diálogo, maior é a possibilidade de interferir nos significados compartilhados que orientam a interpretação do mundo e a organização das sociedades.

A dissonância crítica é, portanto, baseada em uma espécie de ecologia da informação, no sentido definido pelas antropólogas estadunidenses Bonnie A. Nardi e Vicki L. O’Day. Elas descrevem essa ecologia como “um sistema de pessoas, práticas, valores e tecnologias em um determinado ambiente local” (Nardi e O’Day, 2000). De acordo com esse conceito, a tecnologia é a plataforma de onde cada prática humana é desenvolvida, em constante evolução, muito influenciada por insumos locais.

Considerando a midiaticização como um metaprocesso comunicacional que é produzido e simultaneamente produz processos de mídia (Krotz & Hepp, 2011), a mídia é observada além dos instrumentos tecnológicos; ela se constitui como uma arena de lutas. Seguindo essa lógica, a disponibilidade e a diversidade de informações são os aspectos que mais contam para fundamentar e orientar processos democráticos. No contexto da dissonância crítica, a paridade de participação (Fraser, 2010) é alcançada pela composição de um sistema em que a informação é produzida e difundida por diferentes atores que disfrutam, individualmente, do mesmo nível de credibilidade e reconhecimento. Assim como cada tipo de tecnologia faz sentido de acordo com o contexto em que é aplicada, cada meio de comunicação tem sua importância porque integra um processo de definição de enquadramentos, que orienta a constituição e a transformação permanente da ordem social.

Dissonância solidária

Em Nova Olinda, Ceará, o comunicador Aécio me disse, durante uma visita de campo de outubro de 2013, que quando eles começaram a operar a televisão comunitária da Fundação Casa Grande, atingiram imediatamente um enorme sucesso. Segundo ele, “as pessoas começaram a se ver”. O jornal Voz do Lapenna, em São Miguel Paulista, na cidade de São Paulo, estava em processo de

transformação em 2014, no momento da visita de campo. A comunicadora Katia explicou que, num dado momento, a equipe decidiu transformar a publicação em uma fonte de educação e elucidação sobre políticas públicas, direitos e outras informações importantes para a comunidade. Ela relatou uma reação imediata do público do jornal.

As pessoas começaram a reclamar porque não se viam mais no jornal. Então, começamos a pensar em soluções para responder a essa demanda. As pessoas gostam do jornal, querem recebê-lo. Nós constatamos isso quando saímos para distribuí-lo pelas ruas – porque ele é distribuído manualmente – e a pilha de jornais desaparece antes de chegarmos ao fim da rua. As pessoas se sentem representadas, aprendem, mas querem se ver. O jornal é mais legítimo quanto mais fazemos *com* os moradores e não *para* eles (Katia, jornalista do Núcleo de Comunicação Comunitária São Miguel no Ar, 2014 – grifo meu).

A dissonância solidária também diz respeito à disponibilidade e diversidade de informações como premissa para a justiça democrática. Mas a principal preocupação, nesta categoria, é o reconhecimento dos informantes como quem eles/elas são, como iguais na plenitude de sua diferença. A antropóloga sérvia Jelena Vasiljević discute em que medida a solidariedade pode ter um caráter político (Vasiljević, 2016). Ela recupera abordagens que estabelecem a solidariedade como um ato que ocorre entre atores com objetivos semelhantes, em paralelo a outras mais recentes, que apresentam a solidariedade como uma compensação para aliviar as consequências das formas de governança capitalistas e neoliberais. Nenhuma dessas concepções carrega um caráter transformador. Estabelecendo uma distinção entre solidariedade e caridade, Vasiljević defende uma compreensão da solidariedade como uma ação social que implica um princípio de igualdade, que implica o reconhecimento dos outros como iguais e/ou o reconhecimento de seus direitos independentemente das diferenças identificadas.

Seguindo essa ideia, na dissonância solidária, a preocupação é preservar e destacar a diversidade de identidades e experiências, gerando reciprocidade e solidariedade entre os diferentes. É a coexistência de melodias, mencionada na ideia de polifonia de Miguel (2014). Os comunicadores populares insistem na importância de estabelecer uma situação de simetria estatutária entre os cidadãos, apesar dos lugares onde moram, de sua cultura ou de suas origens. Nesse sentido, a coexistência precede a informação. Todas as vozes importam porque todos os seres são importantes.

Para tornar a dissonância útil para a mudança social, é necessário ir além do pensamento crítico; é preciso existir ação comunicativa além do conteúdo informacional, deve haver solidariedade como engajamento com o interlocutor. A associação entre solidariedade e dissonância pode representar um paradoxo, mas a primeira é necessária para reconhecer as situações injustas representadas na informação dissonante e para impulsionar a mudança. Dean inicia uma de

suas reflexões sobre o capitalismo comunicativo perguntando por que o grande volume disponível informações não é suficiente para desencadear algumas transformações (Dean, 2005). A falta de solidariedade pode ser a resposta.

Nesse sentido, é relevante recuperar o conceito de mobilidade significativa desenvolvido pela antropóloga de mídia britânica Jo Tacchi (2014), particularmente em sua dimensão de determinismo cognitivo. Ela destaca o papel dessa dimensão no trabalho de pesquisadores que estudam o uso de tecnologias em projetos de desenvolvimento, desafiando a forma como as questões e categorias analíticas são enquadradas, assim como as reflexões decorrentes desses quadros. No contexto da dissonância solidária, o determinismo cognitivo é também uma dimensão importante, na medida em que os comunicadores populares reivindicam a construção de outros significados para os grupos e mobilizações sociais, o que exige quadros editoriais renovados que vão além dos tradicionais valores informacionais. A dissonância solidária deve produzir mais do que informação, destacando e valorizando a construção de conhecimentos.

Esta perspectiva pode ser analisada sob duas reflexões complementares. A primeira se associa ao trabalho desenvolvido pelo sociólogo português, Boaventura de Sousa Santos, sobre as linhas abissais como um sistema de distinções visíveis e invisíveis (Sousa Santos, 2007). A segunda se refere ao conceito de interculturalidade do filósofo cubano Raúl Fonet-Betancourt, em que o saber é considerado mais importante do que o conhecimento e, conseqüentemente, do que a acumulação ou circulação de informação (Fonet-Betancourt, 2001). Em ambas abordagens, há uma referência sobre a coexistência.

Uma linha abissal divide a realidade do mundo entre as ideias construídas de existente e inexistente. O inexistente torna-se invisível, é excluído por não seguir as regras do existente, do regulado, do normalizado. Sousa Santos argumenta que não há possibilidade de “co-presença” enquanto se estabelecem linhas abissais, porque o outro não pode ser incluído e, portanto, “não há possibilidade de solidariedade” (Sousa Santos, 2017). Para ele, a intervenção estrangeira e as elites locais são os dois principais agentes que transformam essa prática em um ciclo, em que as fronteiras são constantemente renovadas ou criadas para manter o desequilíbrio (idem). Eles também trabalham para manter as linhas invisíveis, de modo que as distinções sejam consideradas naturais.

A crítica a esse modelo epistemológico excludente também está no centro do conceito de filosofia intercultural, formulada por Raúl Fonet-Betancourt. Para ele, o conhecimento intercultural “contribui para descobrir que a universalização não significa a expansão da tradição, mas principalmente o diálogo com o dos outros” (Poché, 2001, p.6). Tratam-se de contradições e conflitos, de ver o outro como autor e não apenas como objeto de narrativas autorizadas. A dissonância solidária desafia a dominação por um único modelo de racionalidade e o julgamento de diferentes tipos de conhecimento a partir de uma única visão de mundo.

O conceito de dissonância solidária recupera a importância das perspectivas sociais e, portanto, da posição do falante no debate público. Dentro dela, dar voz não é suficiente, porque a uniformização do debate deliberativo se concentra na formação do consenso e não dá lugar à solidariedade. Coexistir é reconhecer a diferença e até mesmo a fragilidade do outro e, no entanto, tomar suas experiências e pensamentos como válidos para o debate e para a organização da sociedade.

Fornet-Betancourt fala de uma polifonia cultural que obriga a reconsiderar evidências do passado, do presente e do futuro, levando em consideração outras formas de sabedoria. Diferentemente da ideia de deliberação, a filosofia intercultural não busca a uniformização, mas o estabelecimento de um diálogo permanente entre diversas formas de conhecimento que podem ajudar-se mutuamente a viver melhor.

A filosofia intercultural faz pesquisa não para se chegar a uma 'cultura comum', mas para transformar as culturas por meio da interação, da troca, do diálogo e, assim, permitir a transformação das fronteiras culturais em 'passagens sem qualquer controle aduaneiro' (Poché, 2001, p.11, tradução livre).

O conceito de ecologia de saberes, como descrito por Sousa Santos, dá uma boa representação deste projeto.

É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de saberes heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e nas interconexões sustentadas e dinâmicas entre elas, sem comprometer sua autonomia. A ecologia dos saberes baseia-se na ideia de que conhecimento é interconhecimento (Sousa Santos, 2007, p.27, tradução livre).

No caso das mídias populares, a ampliação de oportunidades de expressão é importante e necessária, mas a solidariedade vem da identificação da diversidade como fonte de saber, a partir do que Sousa Santos descreve como "justiça cognitiva" (Sousa Santos, 2007). Como para a transformação da filosofia, é um movimento que busca renovar a configuração da "cartografia epistemológica" (idem, p.9), "desses lugares que revelam a verdade" e suas próprias vozes, carregadas de memórias alternativas, consideradas até agora como periféricas" (Fornet-Betancourt, 2001, p.27).

Conclusões

Se a informação se torna uma espécie de mercadoria, cada elemento pode permanecer em seu lugar, enquanto diferentes perspectivas se movem sem desafiar os significados estabelecidos. A liberdade de expressão não inclui automaticamente qualquer compromisso relacionado a ouvir e a levar em consideração.

Em tempos de ruptura digital, as mídias populares se beneficiam da possibilidade de atingir públicos ampliados e isso pode ser considerado um avanço importante na capacidade de produzir dissonância. Desafiar narrativas com uma diversidade de argumentos aumenta as oportunidades de ampliar e aprofundar o pensamento crítico e, conseqüentemente, produzir ou apoiar a mudança social. Os resultados sugerem, no entanto, que a nova ordem social buscada pelos atores sociais que utilizam mídias em processos de mudança social combina transformações racionais e afetivas. Esses atores querem mudar os significados para mudar os relacionamentos.

Em uma democracia plena, há diversidade de modos de ser, pensar, sentir e se expressar, e essa diversidade é preservada e valorizada como uma contribuição importante para a constituição de uma ecologia do conhecimento. A dissonância leva, portanto, à coexistência e à solidariedade.

Referências bibliográficas

- Dean, J. (2005). Capitalismo Comunicativo: Circulação e o encerramento da política. *Culture Politics*, 1 (1), 51-74.
- Downing, J. D. (2001). *Radical Media: Rebellious communication and social movements*. Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- Downing, J. D. (2016). Personal reflections on 50 years of radical media. *Journal of Alternative and Community Media*, 1, 7-9.
- Festinger, L. (1962, outubro). Dissonância cognitiva. *Scientific American*, 207 (4), 93-106.
- Fornet-Betancourt, R. (2001). *La philosophie interculturelle. Penser autrement le monde*. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer.
- Habermas, J. (2006). Comunicação política na sociedade de mídia: a democracia ainda desfruta de uma dimensão epistêmica? O impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. *Teoria da Comunicação*, 16, 411-426.
- Hall, S. (2013). *O trabalho de representação. Em S. Hall, J. Evans e S. Nixon, Representation* (2a ed., Pp. 1-59). Londres, Reino Unido: Sage.
- Krotz, F., & Hepp, A. (2011). Uma concretização da midiaticização: como funciona a midiaticização e por que os “mundos midiaticizados” são um conceito útil para a pesquisa empírica de midiaticização. *Empédocles: Revista Européia para a Filosofia da Comunicação*, 3 (2), 137-152.
- Miguel, LF (2014). *Democracia e Representação. Territórios em Disputa*. São Paulo: Editora Unesp.
- Nardi, BA, & O'Day, VL (2000). *Ecologias da Informação. Usando a tecnologia com o coração*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Ó Siochrú, S. (2016). *Da teoria à prática: o direito de se comunicar. Desenvolvimento de Mídia*, LXIII (1), pp. 6-9.
- O'Neill, O. (2009). Ética para comunicação?. *Revista Europeia de Filosofia*, 17 (2), 167-180.
- Peruzzo, CM (1998). *Comunicação nos Movimentos Populares*. Petrópolis: Vozes.
- Peruzzo, CM (2008). Conceitos de comunicação popular, alternativa e comuna revisitados. Reelaborações no setor. *Palavra Chave*, 11 (2).
- Peruzzo, CM (2016). La comunicación en los movimientos sociales y el derecho a la comunicación: Señales de un derecho de ciudadanía de quinta generación. *Commons*, 5 (2), 8-36.

- Pleyers, G. (2010). *Alter-globalização. Tornando-se Atores na Era Global*. Cambridge: Polity Press.
- Poché, F. (2001). Prefácio. Em Fernet-Betancourt, La philosophie interculturelle. *Penser autrement le monde* (pp. 5-17). Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer.
- Rodriguez, C. (2001). *Fissures in the mediascape. An international study of citizen's media*. USA: Hampton Press.
- Rodríguez, C., Ferron, B. e Shamas, K. (2014). Quatro desafios no campo da pesquisa de mídia alternativa, radical e cidadã. *Mídia, Cultura e Sociedade*, 1-17.
- Sousa Santos, B. d. (2007). *Além do pensamento abissal: das linhas globais às ecologias dos saberes*. Revise .
- Tacchi, J. (2014). *Ser significativamente móvel: telefones celulares e*. Em J. (Servaes, Determinismo Tecnológico e Social (pp. 105-124). Lanham, MD: Lexington Books.
- Vasiljević, J. (2016). As possibilidades e restrições de se envolver a solidariedade na cidadania. *FILOZOFIJA I DRUŠTVO*, XXVII (2), 373-386.
- Waisbord, S. (2008). Preenchendo a divisão entre a imprensa e a sociedade cívica. Advocacia Cívica da Mídia como “Movimento de Mídia” na América Latina. Plenário II. *Painel Internacional de Divisões Globais* (pp. 105-116). Estocolmo: Nordicom Review.
- Young, IM (2000). *Inclusão e Democracia*. Nova York: Oxford University Press.